



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Estado do Rio Grande do Sul

SECOL – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Dom João Becker, 754 – Centro – São Leopoldo

(51) 2200-0310

licitacoes@saoleopoldo.rs.gov.br

Assunto: EXAME PRÉVIO – ARTIGO 53 DA LEI 14.133/21.

Pregão Eletrônico, tombada sob o nº 08/2025, tipo Menor Preço por lote, Modo de Disputa: aberto, com recursos financeiros próprios e a devida liberação orçamentária, para REGISTRAR PREÇOS, tendo por finalidade a Aquisição Futura de Medicamentos da Classe Controlados e Anestésicos, conforme solicitação do Setor de Farmácia, para uso na Fundação Hospital Centenário.

O objetivo do presente parecer é orientar a autoridade legislativa no controle prévio da legalidade, conforme expõe o artigo 53, I e II da Lei nº 14.133 de 2021.

Assim, insta salientar que as características técnicas desse processo, como detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos de avaliação de preço estimado, foram regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em critérios técnicos objetivos para a melhor satisfação do interesse público.

Importante ressaltar, também, que cumpre ao gestor público avaliar e diligenciar quanto a determinação do objeto e considerar quanto a ser esta a melhor alternativa dentre as disponíveis a atender o interesse público, dentro dos princípios insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal.

Nesta senda, verifica-se que o Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação. No presente caso, os profissionais da área técnica e requisitante elaboraram o ETP, por se tratar de documento de conhecimento técnico. De análise dos documentos acostados nos autos, notadamente dos aspectos legais, sem adentrar ao viés técnico, vislumbro que consta a demonstração dos seguintes elementos: a) necessidade da contratação, b) previsão orçamentária, c) requisitos da contratação, d) estimativas das quantidades, e) levantamento de mercado, f) providências prévias ao contrato, j) posicionamento conclusivo, o que demonstra que aparentemente o ETP e TR preenchem os requisitos previstos na legislação em comento.

Outrossim, a Lei 14.133 de 2021 a qual estabelece as diretrizes gerais a serem observadas pelo administrador público quando da realização de seus procedimentos de contratações, bem como entabula as possíveis modalidades de licitação que poderão ser adotadas na busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. No caso dos autos, modalidade licitatória pregão eletrônico apresenta a tipificação adequada tendo em vista tratar-se de aquisição de bem comum, qual seja, aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme conceituado no inciso XIII do artigo 6 da referida Lei¹.

¹ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Estado do Rio Grande do Sul

SECOL – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Dom João Becker, 754 – Centro – São Leopoldo

(51) 2200-0310

licitacoes@saoleopoldo.rs.gov.br

Pontua-se que a solicitação para a realização do certame partiu de autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e justificou a necessidade do seu fornecimento.

De igual sorte, a minuta do edital atende aos requisitos previstos pelo artigo 25 da Lei nº 14.133/21, quais sejam: o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório entende-se que os requisitos mínimos do Art. 92 da Lei de Licitações foram respeitados, havendo o atendimento aos preceitos legais, bem como a observância das minúcias necessárias ao adequado cumprimento do objeto, conforme demanda da administração pública, dentro das especificações contidas no edital. Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

Ratifica-se que este parecer se limitou aos aspectos jurídicos, levando em consideração os elementos constantes no processo até a presente data, não analisando aspectos técnicos nem financeiros, também como critérios de conveniência e oportunidade que são de responsabilidade do gestor da secretaria demandante.

Isto posto, opino pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, nos seus demais termos, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021.

São Leopoldo, 13 de março de 2025

Claudilene Teresinha Matzembacher
Assessora Jurídica - Secol